

Questões CODJ - TJ PR

Fala, pessoal! Tudo bem com vocês?

Meu nome é **Tiago Zanolla**, Engenheiro de Produção de formação. Estou envolvido com concursos públicos desde 2009, ano em que prestei meus primeiros concursos.

Atualmente, resido em Cascavel e, desde 2011, sou servidor do **Poder Judiciário do Estado do Paraná**, exercendo o cargo de **Técnico Judiciário Cumpridor de Mandados**.

Neste material, apresento Questões sobre o Código de Organização e Divisão Judiciária do TJ PR (Questões Lei n.º 14.277).

Na página seguinte, você encontrará um gabarito em branco. Ele servirá para você anotar suas respostas e, posteriormente, confronta-lo com o gabarito das questões.

Ao fazer isso, vá anotando o seu rendimento. Caso ele esteja abaixo dos 75%, aconselho a estudar a matéria novamente. Se estiver acima, continue estudando as demais matérias e, depois que finalizar o curso, volte e refaça essas questões. A repetição é um dos fatores que levarão você a ser aprovado neste concurso.

Antes de continuarmos, convido-o a me seguir nas redes sociais:



[Proftiagozanolla](https://www.instagram.com/proftiagozanolla)



Minhas Respostas

01	02	03	04	05	06	07	08
09	10	11	12	13	14	15	16
17	18	19	20	21	22	23	24
25	26	27	28	29	30	31	32
33	34	35	36	37	38	39	40
41	42	43	44	45	46	47	48
49	50	51	52	53	54	55	56
57	58	59	60	61	62	63	64
65	66	67	68	69	70		



QUESTÕES

Questão 01 (PUC-PR – TJPR – 2014)

É CORRETO afirmar que compete ao Conselho de Supervisão dos Juizados Especiais:

- a) Referendar ou alterar, por proposta da Supervisão-Geral, a designação de substituto aos servidores da Justiça no âmbito dos Juizados Especiais, no caso de vacância, licença ou férias.
- b) Propor ao Corregedor-Geral da Justiça a designação de juízes leigos e de conciliadores.
- c) Referendar portarias de designação de juízes leigos para compor as Turmas Recursais.
- d) Aprovar, semestralmente, o relatório de atividades elaborado pela Supervisão-Geral dos Juizados Especiais no âmbito do Estado

Questão 02 (TJPR – TJPR – 2014)

Segundo o Código de Organização e Divisão Judiciárias do Estado do Paraná, integram o Sistema dos Juizados Especiais:

- a) o Conselho de Supervisão, as Turmas Recursais, os Juizados Especiais Cíveis e os Juizados Especiais Criminais.
- b) o Conselho Tutelar, as Turmas de Apelação, os Juizados Especiais Cíveis e os Juizados Especiais Criminais.
- c) o Conselho de Supervisão, as Turmas de Apelação, os Juizados Especiais Cíveis e os Juizados Especiais Criminais.
- d) o Conselho Pleno, as Turmas de Apelação, os Juizados Especiais Cíveis e os Juizados Especiais Criminais.

Questão 03 (TJPR – TJPR – 2014)

Sobre o funcionamento do Tribunal de Justiça do Estado do Paraná, assinale a alternativa correta.

- a) O Tribunal de Justiça é dirigido pelo Presidente, pelos Vice-Presidentes, pelos Desembargadores, pelo Corregedor-Geral da Justiça e pelo Corregedor.
- b) O Tribunal de Justiça funcionará em Tribunal Pleno, Órgão Especial e Conselho da Magistratura e em órgãos fracionários, na forma que dispuserem a lei e o Regimento Interno.



- c) O Presidente, os Vice-Presidentes, o Corregedor-Geral da Justiça e o Corregedor integrarão Câmaras ou Grupos de Câmaras, na falta dos seus membros.
- d) O Tribunal de Justiça será presidido pelo Governador do Estado, caso não estejam aptos o Presidente, os Vice- Presidentes, o Corregedor-Geral da Justiça e o Corregedor.

Questão 04 (TJPR- TJPR- 2013)

Sobre a organização do Poder Judiciário do Paraná, considere as seguintes afirmativas:

1. São órgãos do Tribunal de Justiça: os Tribunais do Júri, os Juízes de Direitos, os Juízes de Direito Substitutos de entrância final, os Juízes Substitutos, os Juizados Especiais e os Juízes de Paz.
2. O Conselho da Magistratura será composto pelos 25 (vinte e cinco) Desembargadores mais antigos do Tribunal de Justiça.
3. A cúpula diretiva do Tribunal de Justiça é composta pelo Presidente, 1º e 2º Vice-Presidentes, Corregedor-Geral da Justiça e Corregedor.
4. Os Desembargadores do quinto constitucional poderão integrar a cúpula diretiva do Tribunal de Justiça.

Assinale a alternativa correta.

- a) Somente as afirmativas 1 e 2 são verdadeiras.
- b) Somente as afirmativas 3 e 4 são verdadeiras.
- c) Somente as afirmativas 1, 2 e 3 são verdadeiras.
- d) Somente as afirmativas 2, 3 e 4 são verdadeiras

Questão 05 (TJPR – TJPR – 2013)

Acerca da organização do Tribunal de Justiça do Paraná, considere as seguintes afirmativas:

1. O Tribunal de Justiça, órgão máximo do Poder Judiciário estadual, composto por cento e quarenta e cinco (145) Desembargadores, tem sede na Capital e jurisdição em todo o território do Estado.
2. Um quinto (1/5) dos lugares do Tribunal de Justiça será composto de membros do Ministério Público, com mais de dez (10) anos de carreira, e de advogados de notório saber jurídico e de reputação ilibada, com mais de dez anos de efetiva atividade profissional, indicados em lista sêxtupla pelos órgãos de representação das respectivas classes.
3. Verificada vaga de Desembargador, a ser preenchida por magistrado de carreira, o Presidente do Tribunal de Justiça convocará o órgão competente para o preenchimento do respectivo cargo.



Assinale a alternativa correta.

- a) Somente as afirmativas 1 e 2 são verdadeiras.
- b) Somente as afirmativas 2 e 3 são verdadeiras.
- c) Somente as afirmativas 1 e 3 são verdadeiras.
- d) As afirmativas 1, 2 e 3 são verdadeiras.

Questão 06 (NC-UFPR – TJPR – 2012)

Com base nas disposições preliminares do CODJPR, é INCORRETO afirmar:

- a) O Poder Judiciário, a quem incumbe a administração da justiça, deve observar o princípio da modicidade das custas e emolumentos.
- b) Pelo princípio da legalidade, previsto no art. 1º, §1º, inc. I, do CODJPR, é vedada a tendência de exacerbação personalista, sendo que a atividade administrativa de competência do Tribunal de Justiça, de Juízes e dos Serviços Auxiliares é atividade de submissão dos fatos da vida real às categorias legais.
- c) A previsão para estatização das serventias do foro judicial feitas pela Lei Estadual nº 14.277/03 tem efeitos ex nunc, ou seja, surtem efeitos a partir da sua publicação.
- d) Os princípios constitucionais da legalidade, impessoalidade, moralidade, publicidade, eficiência e democratização da gestão são condições de aplicação e hermenêutica, sendo que a inobservância deles não pode ser decretada de ofício e sempre depende de requerimento do interessado, desde que provada a causa geratriz da violação ao preceito constitucional

Questão 07 (TJPR – TJPR – 2011)

Considerando o Código de Organização e Divisão Judiciárias do Tribunal de Justiça do Estado do Paraná, assinale a única alternativa CORRETA:

- a) O Conselho da Magistratura, do qual são membros natos o Presidente do Tribunal de Justiça, o Vice-Presidente e o Corregedor-Geral da Justiça, compõe-se de mais seis (6) desembargadores eleitos.
- b) É vedada a convocação ou a designação de juiz de primeiro grau para exercer cargo ou função nos tribunais, ressalvada a substituição ocasional de seus integrantes e o auxílio direto ao Presidente do Tribunal de Justiça, Vice-Presidente e Corregedor-Geral da Justiça, em matéria administrativa, jurisdicional e correicional, pelo prazo de 2 (dois) anos, vedada a recondução.
- c) Vagando a Presidência do Tribunal de Justiça, o 1º Vice-Presidente a exercerá pelo período restante, se inferior a seis (6) meses.



d) O Presidente do Tribunal de Justiça, ouvido o Conselho da Magistratura, poderá designar Juízes de Direito de primeiro grau de jurisdição para proferir sentenças em outros Juízos.

Questão 08 (FAE – TJPR – 2008)

Assinale a alternativa INCORRETA:

- a) A Corregedoria-Geral da Justiça tem como incumbência a inspeção permanente dos Magistrados, das serventias do foro judicial e dos serviços do foro extrajudicial.
- b) O Juiz Substituto, quando no exercício de substituição, ou designado para auxiliar os Juízes de Direito das comarcas que integram as correspondentes seções judiciárias, terá a mesma competência destes.
- c) Caberá ao juiz substituto, na ausência, mesmo eventual, do Juiz titular, decidir os pedidos cíveis e criminais de natureza urgente e comunicar, incontinenti, o fato ao Corregedor-Geral da Justiça.
- d) O Presidente do Tribunal de Justiça, ouvido o Corregedor-Geral da Justiça, poderá designar juízes substitutos para proferir sentenças em outros Juízos

Questão 09 (FAE – TJPR – 2008)

Assinale a alternativa INCORRETA:

- a) Nas Comarcas do Interior do Estado, a Direção do Fórum será exercida por um dos Juízes Titulares, pelo prazo máximo de 4 (quatro) anos, mediante sucessão automática e obedecendo-se à ordem de antigüidade na Comarca.
- b) Nas comarcas de entrância inicial ou naquelas de Juízo único a direção de Fórum será exercida pelo Juiz Titular.
- c) O Juiz Substituto responderá pela direção de Fórum sempre que na comarca não se encontrar em exercício nenhum dos Juízes titulares de varas.
- d) Nas comarcas onde houver mais de um Juízo, proceder-se-á à distribuição dos feitos

Questão 10 (FAE – TJPR – 2008)

Assinale a alternativa correta:

- a) Compete ao Tribunal do Júri unicamente o julgamento dos crimes dolosos e culposos contra a vida, consumados ou tentados.
- b) Nos impedimentos e ausências justificadas, os Juízes Sumariante e Presidente do Tribunal do Júri substituir-se-ão reciprocamente sempre que não houver incompatibilidade ao desenvolvimento de suas específicas funções, independentemente de designação.



- c) As Turmas Recursais dos Juizados Especiais serão compostas de cinco (5) Juízes togados, de primeiro grau de jurisdição, designados por ato do Presidente do Tribunal de Justiça, sendo sua atuação provisória e exclusiva.
- d) Os Juizados Especiais, divididos por secretarias, constituem unidades jurisdicionais compostas por juízes leigos

Questão 11 (PUC-PR – TJPR – 2014)

Configura-se penalidade administrativa aplicável aos auxiliares da Justiça do foro judicial:

- a) Repreensão, aplicada no caso de falta leve.
- b) Devolução de custas em dobro, aplicada em caso de custas que excedam os valores fixados na respectiva tabela, a qual ainda poderá ser cumulada com outra pena disciplinar.
- c) Multa, em caso de reincidência ou de infração que não configure falta mais grave.
- d) Censura, aplicada por escrito, em caso de mera negligência

Questão 12 (PUC-PR – TJPR – 2014)

Assinale a alternativa INCORRETA.

- a) São auxiliares da Justiça, entre outros, os Senhores Oficiais de Justiça, Porteiros de Auditório e Comissários de Vigilância.
- b) Aos Oficiais de Justiça incumbe convocar pessoas idôneas para que testemunhem atos de sua função, quando a lei assim o exigir.
- c) Aos Comissários de Vigilância incumbe exercer, cumulativamente, as funções de porteiro de auditório, mediante designação do Juiz.
- d) Aos Oficiais de Justiça incumbe exercer cumulativamente quaisquer outras funções previstas neste Código e dar cumprimento às ordens emanadas da Corregedoria-Geral da Justiça e do Juízo pertinente aos serviços judiciários

Questão 13 (TJPR – TJPR - 2014)

Segundo o Código de Organização e Divisão Judiciárias do Estado do Paraná, os serviços auxiliares do Poder Judiciário são desempenhados por servidores com a denominação específica de:

- a) funcionários da justiça, serventuários da justiça do foro judicial, agentes delegados do foro extrajudicial.



- b) serventuários da justiça do foro judicial, serventuários da justiça do foro extrajudicial, funcionários da justiça.
- c) funcionários da justiça, serventuários da justiça do foro judicial e extrajudicial, agentes delegados.
- d) servidores do judiciário, serventuários da justiça, escrivães e tabeliães do foro extrajudicial

Questão 14 (TJPR – TJPR – 2012)

Assinale a alternativa que NÃO apresenta servidores considerados funcionários da Justiça.

- a) Oficiais de Justiça.
- b) Comissários de Vigilância.
- c) Auxiliares de Cartório do Juizado Especial.
- d) Oficiais Distritais

Questão 15 (TJPR – TJPR – 2012)

Considere as afirmativas abaixo, relativas à Criação e Instalação de Comarcas, Varas e Distritos, com disciplina no Código de Organização e Divisão Judiciárias do Estado do Paraná:

1. Entre os requisitos para a criação de comarcas está o de que a localidade tenha população não inferior a 30.000 (trinta mil habitantes), com um mínimo de 15.000 (quinze mil) eleitores.
2. A existência de prédios públicos apropriados para residência do Juiz de Direito e do Promotor de Justiça é um dos elementos necessários à instalação de comarcas.
3. Para a criação de vara cível, além de outros requisitos, é necessária a existência de um mínimo de 400 (quatrocentos) feitos contenciosos por ano, não computadas as execuções não embargadas.
4. Para a criação de vara criminal, além de outros requisitos, é necessária a existência de um mínimo de 300 (trezentos) processos por ano.

Assinale a alternativa correta.

- a) Somente a afirmativa 1 é verdadeira.
- b) Somente a afirmativa 4 é verdadeira.
- c) Somente as afirmativas 2 e 3 são verdadeiras.
- d) Somente as afirmativas 3 e 4 são verdadeiras



Questão 16 (TJPR – TJPR – 2012)

Assinale a alternativa correta, com base no Código de Organização e Divisão Judiciárias do Estado do Paraná.

- a) Em caso de necessidade ou de relevante interesse público, mediante aprovação do Tribunal Pleno, poderá ser transferida provisoriamente a sede da comarca ou da seção judiciária, bem como ser determinada a sua agregação.
- b) O território do Estado constitui circunscrição única, dividindo-se, para efeito da administração da Justiça, em seções judiciárias, comarcas, foros regionais, municípios e distritos.
- c) A comarca que for constituída de dois ou mais municípios e distritos terá a denominação de qualquer um deles, preferencialmente a denominação da sede.
- d) As seções judiciárias serão integradas por grupos de 10 (dez) comarcas

Questão 17 (TJPR – TJPR – 2011)

Considerando o Código de Organização e Divisão Judiciárias do Tribunal de Justiça do Estado do Paraná, assinale a única alternativa CORRETA:

- a) É requisito para a criação de comarca população superior a quinze mil (15.000) habitantes, com um mínimo de cinco mil (5.000) eleitores.
- b) É condição para a criação de vara cível um mínimo de quatrocentos (400) feitos contenciosos por ano, não computadas as execuções não embargadas.
- c) Em cada juízo único ou vara servirão, no mínimo, três (3) oficiais de justiça.
- d) Aos auxiliares da justiça do foro judicial é devida a ajuda de custo no valor mínimo de uma (1) remuneração mensal, para cobrir despesas de transporte, quando tiverem que transferir residência para outra comarca, em virtude de promoção ou de remoção

Questão 18 (FAE – TJPR – 2008)

Assinale a alternativa INCORRETA:

- a) As penas de advertência, censura e devolução de custas em dobro poderão ser aplicadas aos auxiliares da justiça do foro judicial em sindicância, respeitados o contraditório e a ampla defesa.
- b) Mediante decisão do Corregedor-Geral da Justiça, oficiais de justiça, poderão ser afastados do exercício do cargo quando criminalmente processados ou condenados enquanto estiver tramitando o processo ou pendente de execução a pena aplicada.
- c) A população não inferior a trinta mil (30.000) habitantes, com um mínimo de dez mil (10.000) eleitores é um dos requisitos para a criação de comarca.



d) A Comarca da Região Metropolitana de Curitiba é composta pelo Município de Curitiba, Almirante Tamandaré, Araucária, Campo Largo, Bocaiúva do Sul e Colombo

Questão 19 (ELABORADA PELO PROFESSOR)

Assinale a alternativa INCORRETA

As Comarcas são classificadas em:

- a) Entrância inicial.
- b) Entrância intermediária.
- c) Entrância Final
- d) Entrância Especial

Questão 20 (ELABORADA PELO PROFESSOR)

Assinale a alternativa INCORRETA

São penas disciplinares aplicadas aos notários e registradores:

- a) Repreensão
- b) Multa
- c) Suspensão por 30 dias, prorrogável por mais 30.
- d) Perda da delegação

Questão 21 (ELABORADA PELO PROFESSOR)

Assinale a alternativa INCORRETA

- a) Das decisões do Juiz ou do Corregedor-Geral da Justiça caberá recurso em último grau ao Conselho da Magistratura no prazo de quinze (15) dias
- b) Das decisões originárias do Conselho da Magistratura cabe recurso ao Órgão Especial no prazo de quinze (15) dias.
- c) O recurso será interposto perante a autoridade que houver proferido a decisão recorrida, a qual, se o receber, encaminhá-lo-á no prazo de dois (2) dias ao órgão competente para julgamento
- d) O recurso de processo administrativo não será recebido nos efeitos devolutivo e suspensivo.

Questão 22 (ELABORADA PELO PROFESSOR)

Assinale a alternativa INCORRETA



Aos porteiros de auditório incumbe:

- a) Apregoar e fazer a chamada das partes e testemunhas
- b) Fazer citações, arrestos, penhoras e demais diligências que lhe forem cometidas
- c) Apregoar os bens, nas praças e leilões judiciais
- d) Passar certidões de pregões, editais, praças, arrematações ou de quaisquer outros atos que praticarem no exercício da função

Questão 23 (ELABORADA PELO PROFESSOR)

Assinale a alternativa INCORRETA

Aos Oficiais de Justiça incumbe:

- a) fazer citações, arrestos, penhoras e demais diligências que lhe forem cometidas
- b) lavrar autos e certidões referentes aos atos que praticarem
- c) convocar pessoas idôneas para que testemunhem atos de sua função, quando a lei assim o exigir
- d) ter sob sua guarda e segurança, com obrigação legal de os restituir na oportunidade própria, os bens corpóreos apreendidos judicialmente, salvo os que forem confiados a depositários particulares

Questão 24 (ELABORADA PELO PROFESSOR)

Assinale a alternativa INCORRETA

Para ser admitido ao concurso de serventuário da justiça do foro judicial, o candidato deve preencher os seguintes requisitos na inscrição:

- a) ser brasileiro, estar no exercício dos direitos civis e políticos e quite com o serviço militar, quando for a hipótese
- b) ter idade mínima de trinta (30) anos
- c) apresentar cédula de identidade fornecida pela repartição estadual
- d) fazer prova do recolhimento da taxa de inscrição que for fixada pelo Conselho Diretor do FUNREJUS

Questão 25 (ELABORADA PELO PROFESSOR)

Assinale a alternativa INCORRETA

Será concedido afastamento ao magistrado, sem prejuízo de seu subsídio e vantagens para:



- a) para freqüentar cursos ou seminários de aperfeiçoamento e estudos, a critério do Órgão Especial do Tribunal de Justiça
- b) para prestação de serviços exclusivamente à Justiça Federal
- c) para exercer a presidência da Associação dos Magistrados do Paraná e Associação dos Magistrados Brasileiros
- d) para exercer o cargo de Diretor-Geral da Escola da Magistratura do Paraná

Questão 26 (ELABORADA PELO PROFESSOR)

Assinale a alternativa CORRETA.

- a) Os Juizados Especiais, divididos por secretarias, constituem unidades jurisdicionais compostas por Juízes de segundo grau
- b) Os Juizados Especiais, divididos por secretarias, constituem unidades jurisdicionais compostas por Juízes leigos
- c) Os Juizados Especiais, divididos por secretarias, constituem unidades jurisdicionais compostas por Juízes de primeiro grau
- d) Os Juizados Especiais, divididos por secretarias, constituem unidades jurisdicionais compostas por Juízes leigos e conciliadores

Questão 27 (ELABORADA PELO PROFESSOR)

As reuniões do Tribunal do Júri, em regra serão:

- a) Semanais
- b) Quinzenais
- c) Mensais
- d) Diárias

Questão 28 (ELABORADA PELO PROFESSOR)

Preencha a lacuna com o prazo correto:

O prazo para o Juiz entrar em exercício é de ___ dias, contados da publicação do ato oficial de nomeação, prorrogável por idêntico período mediante solicitação do interessado

- a) 10
- b) 20



- c) 30
- d) 40

Questão 29 (ELABORADA PELO PROFESSOR)

Preencha a lacuna com o prazo correto:

O magistrado em licença para tratamento de saúde, pode usufruir desta por até ___ dias mediante apresentação de atestado médico

- a) 10
- b) 20
- c) 30
- d) 40

Questão 30 (ELABORADA PELO PROFESSOR)

Preencha a lacuna com a duração correta:

O direito ao gozo de licença maternidade, com duração ___ dias, é assegurado à magistrada, sem prejuízo do subsídio e de outras vantagens

- a) 110
- b) 120
- c) 130
- d) 140

Questão 31 (ELABORADA PELO PROFESSOR)

Preencha a lacuna com o prazo correto:

Caberá ao Juiz Diretor de Fórum encaminhar cópia da portaria de juramentação, no prazo de ___ dias, à Corregedoria-Geral da Justiça, para verificação da regularidade do ato e anotações

- a) 2
- b) 3
- c) 4
- d) 5



Questão 32 (ELABORADA PELO PROFESSOR)

Preencha a lacuna com o prazo correto:

Ao servidor acusado será dada a notícia dos termos da acusação, devendo ele ser citado para, no prazo de __ dias, apresentar defesa e requerer a produção de provas

- a) 5
- b) 10
- c) 15
- d) 20

Questão 33 (ELABORADA PELO PROFESSOR)

Preencha a lacuna com o prazo correto em processo administrativo:

Das decisões do Juiz ou do Corregedor-Geral da Justiça caberá recurso em último grau ao Conselho da Magistratura no prazo de ___ dias

- a) 5
- b) 10
- c) 15
- d) 20

Questão 34 (ELABORADA PELO PROFESSOR)

Preencha a lacuna com o prazo correto em processo administrativo:

Das decisões originárias do Conselho da Magistratura cabe recurso ao Órgão Especial no prazo de __ dias

- a) 5
- b) 10
- c) 15
- d) 20

Questão 35 (ELABORADA PELO PROFESSOR)

Preencha a lacuna com o prazo correto em processo administrativo:

O recurso será interposto perante a autoridade que houver proferido a decisão recorrida, a qual, se o receber, encaminhá-lo-á no prazo de __ dias ao órgão competente para julgamento

- a) 2



- b) 3
- c) 4
- d) 5

Questão 36 (ELABORADA PELO PROFESSOR)

Preencha a lacuna com o tempo correto:

Os notários e registradores poderão perder a delegação caso abandonem a serventia por mais de __ dias

- a) 10
- b) 20
- c) 30
- d) 40

Questão 37 (ELABORADA PELO PROFESSOR)

Preencha a lacuna com o prazo prescricional para infrações de notários e registradores:

Em __ anos para as infrações sujeitas às penalidades de repreensão, multa e suspensão.

- a) 1
- b) 2
- c) 3
- d) 4

Questão 38 (ELABORADA PELO PROFESSOR)

Preencha a lacuna com o prazo prescricional para infrações de notários e registradores:

Em __ anos para as infrações sujeitas à pena de perda da delegação.

- a) 2
- b) 3
- c) 4
- d) 5



Questão 39 (ELABORADA PELO PROFESSOR)

É requisito que o membro do Ministério Público indicado a vaga do quinto constitucional tenha mais de ___ anos de carreira.

- a) 5
- b) 10
- c) 15
- d) 20

Questão 40 (ELABORADA PELO PROFESSOR)

Para os cargos da cúpula diretiva do TJ-PR, em regra não será mais elegível quem ocupou o cargo de presidente ou outro cargo de direção pelo período de ___ anos.

- a) 2
- b) 4
- c) 6
- d) 8

Questão 41 (ELABORADA PELO PROFESSOR)

O prazo de validade do concurso para ingresso na magistratura será de ___ anos, prorrogável por igual período.

- a) 2
- b) 4
- c) 6
- d) 8

Questão 42 (ELABORADA PELO PROFESSOR)

Nas Comarcas e Foros de entrância final, a Direção do Fórum será exercida por um dos Juízes Titulares designado pelo Presidente do Tribunal de Justiça, pelo prazo máximo de ___ ano(s)

- a) 1
- b) 2
- c) 3
- d) 4



Questão 43 (ELABORADA PELO PROFESSOR)

Computar-se-á em favor dos magistrados, para efeito de aposentadoria e disponibilidade, o tempo de efetivo exercício da advocacia, até o máximo de ___ anos, comprovada a correspondente contribuição previdenciária

- a) 05
- b) 10
- c) 15
- d) 20

Questão 44 (ELABORADA PELO PROFESSOR)

Ao juiz presidente do tribunal do júri, caberá organizar a lista geral de jurados ____

- a) Semanalmente
- b) Mensalmente
- c) Semestralmente
- d) Anualmente

Questão 45 (ELABORADA PELO PROFESSOR)

O quadro de antiguidade dos Desembargadores, dos Juízes de Direito e dos Juízes Substitutos, composto das listas correspondentes a cada categoria de magistrado, será atualizado ___ pelo Presidente do Tribunal de Justiça e publicado no Diário de Justiça

- a) Semanalmente
- b) Mensalmente
- c) Semestralmente
- d) Anualmente

Questão 46 (ELABORADA PELO PROFESSOR)

Vagando a Presidência, o 1º Vice-Presidente a exercerá pelo período restante, se inferior a __ meses

- a) 3
- b) 6
- c) 9
- d) 12



Questão 47 (ELABORADA PELO PROFESSOR)

Assinale a assertiva incorreta.

A magistratura de primeiro grau de jurisdição é constituída de:

- a) Desembargador
- b) Juiz Substituto
- c) Juiz de Direito de Entrância Inicial
- d) Juiz de Direito de Entrância Final

Questão 48 (ELABORADA PELO PROFESSOR)

Assinale a assertiva correta.

O Tribunal de Justiça, segundo o CODJ, poderá ser composto por até ___ desembargadores

- a) 120
- b) 145
- c) 150
- d) 130

Questão 49 (ELABORADA PELO PROFESSOR)

Não faz parte da Cúpula Diretiva do Tribunal de Justiça:

- a) Presidente de Câmara
- b) Presidente
- c) Corregedor-Geral
- d) Vice-Presidentes

Questão 50 (ELABORADA PELO PROFESSOR)

Preencha a lacuna com o prazo correto:

Antes de decorrido o ___ do estágio probatório e desde que indicada pelo Conselho da Magistratura a aplicação da pena de demissão, o Juiz Substituto e o Juiz de Direito, quando for o caso, ficarão automaticamente afastados das respectivas funções, com perda do direito à vitaliciedade, ainda que a aplicação da pena ocorra após o decurso daquele prazo.

- a) biênio
- b) triênio



- c) quinquênio
- d) anuênio

Questão 51 (PUC-PR – 2014 – TJ-PR)

Em relação ao Tribunal de Justiça, é CORRETO afirmar:

- a) O Tribunal de Justiça, órgão máximo do Poder Judiciário estadual, composto por cento e vinte Desembargadores, tem sede e jurisdição na capital.
- b) Um quinto (1/5) dos lugares do tribunal de Justiça será composto de membros do Ministério público, com mais de dez (10) anos de carreira, e de advogados de notório saber jurídico e de reputação ilibada, com mais de quinze (15) anos de efetiva atividade profissional, indicados em lista tríplice pelos órgãos de representação das respectivas classes.
- c) Verificada vaga de Desembargador a ser preenchida por magistrado de carreira, o Presidente do Tribunal de Justiça convocará o Órgão Especial para o preenchimento do respectivo cargo.
- d) No caso de promoção ao cargo de Desembargador, pelo critério de antiguidade, o Tribunal de Justiça somente poderá recusar o Juiz mais antigo pelo voto fundamentado de dois terços (2/3) de seus membros, conforme procedimento próprio e assegurada ampla defesa, repetindo-se a votação até fixar-se a indicação.

Questão 52 (NC-UFPR – 2013 – TJ-PR - adaptada)

Com base nas disposições preliminares do CODJPR, é INCORRETO afirmar:

- a) O Poder Judiciário, a quem incumbe a administração da justiça, deve observar o princípio da modicidade das custas e emolumentos.
- b) Pelo princípio da legalidade, previsto no art. 1º, §1º, inc. I, do CODJPR, é vedada a tendência de exacerbação personalista, sendo que a atividade administrativa de competência do Tribunal de Justiça, de Juízes e dos Serviços Auxiliares é atividade de submissão dos fatos da vida real às categorias legais.
- c) A previsão para estatização das serventias do foro judicial feitas pela Lei Estadual nº 14.277/03 abrangeu todo o estado do paraná, restando, porém, serventias não estatizadas em funcionamento.
- d) Os princípios constitucionais da legalidade, impessoalidade, moralidade, publicidade, eficiência e democratização da gestão são condições de aplicação e hermenêutica, sendo que a inobservância deles não pode ser decretada de ofício e sempre depende de requerimento do interessado, desde que provada a causa geratriz da violação ao preceito constitucional.



Questão 53 (INÉDITA – 2017 – Elaborada pelo Autor)

Considere

- I- o Tribunal de Justiça;
- II – o Tribunal de Alçada
- III - os Tribunais do Júri;
- IV - os Juízes de Direito;
- V – as Seção de Dissídios Individuais;
- VI - os Juízes Substitutos;
- VII - os Juizados Especiais;
- VIII - os Juízes de Paz.

Os órgãos que formam o Poder Judiciário do Estado do Paraná, conforme disposto no Código de Organização e Divisão Judiciária, são os assinalados em

- a) I, III, IV, VI, VII e VIII
- b) I, II, III, VI, VII e VIII
- c) I, III, IV, V e VII
- d) I, II, IV, V, VI e VII
- e) I, III, IV, V, VII e VIII

Questão 54 (INÉDITA – 2017 – Elaborada pelo Autor)

Além dos princípios constitucionais da Legalidade, Impessoalidade, Moralidade, Publicidade e Eficiência, também estão expressamente previstos no CODJ-PR os seguintes princípios, exceto

- a) segurança jurídica
- b) motivação
- c) finalidade
- d) razoabilidade
- e) modicidade das custas e emolumentos.



Questão 55 (INÉDITA – 2017 – Elaborada pelo Autor)

Na constituição e alteração das atribuições e competência dos Tribunal de Justiça, de Juízes e dos Serviços Auxiliares, deverão ser observados, além dos princípios Constitucionais, os critérios de:

- a) acesso à Justiça
- b) gestão centralizada
- c) qualificação permanente
- d) efetividade
- e) celeridade

Questão 56 (INÉDITA – 2017 – Elaborada pelo Autor)

Considerando o que dispõe Código de Organização e Divisão Judiciária acerca dos cargos de direção, assinale a opção correta

- a) Vagando a Presidência, o 1º Vice-Presidente a exercerá pelo período restante, se inferior a doze (12) meses.
- b) Vagando a Presidência, o Corregedor-Geral de Justiça a exercerá pelo período restante, se inferior a seis (6) meses.
- c) Não figurará mais entre os elegíveis quem tiver exercido o cargo de Presidente ou quaisquer outros cargos de direção, pelo período de dois (2) ano.
- d) Vagando o cargo de Corregedor-Geral, o 1º Vice-Presidente a exercerá pelo período restante, se inferior a seis (6) meses.
- e) Se a vacância de quaisquer cargos de direção se der em razão de o eleito não ter assumido o correspondente cargo diretivo na oportunidade prevista pelo Regimento Interno do Tribunal de Justiça, nova eleição deverá ser realizada, para o preenchimento daquela função.

Questão 57 (PUC-PR – 2008 – TJ-PR)

São órgãos do Poder Judiciário do Estado do Paraná:

I - O Tribunal de Justiça; os Tribunais do Júri; os Juízes de Direito; os Juízes de Direito Substitutos de entrância final; os Juízes Substitutos; os Juizados Especiais; os Juízes de Paz.

II - O Tribunal de Justiça; os Tribunais do Júri; os Juízes de Direito; os Juízes de Direito Substitutos de entrância final; os Juizados Especiais; os Juízes de Paz.



III - O Tribunal de Justiça; os Tribunais do Júri; os Juízes de Direito; os Juízes de Direito Substitutos de entrância final; os Juízes Substitutos; os representantes do Ministério Público; os Juizados Especiais; os Juízes de Paz.

Assinale a alternativa correta:

- a) Somente II está correta.
- b) Somente I e III estão corretas.
- c) Somente I e II estão incorretas.
- d) Somente III está incorreta.
- e) Somente I está correta.

Questão 58 (INÉDITA – 2017 – Elaborada pelo Autor)

Considerando o que dispõe Código de Organização e Divisão Judiciária, assinale a opção correta quanto aos magistrados de primeiro grau:

- a) Cabe ao Conselho da Magistratura a designação dos Juízes de Direito Substituto em Segundo Grau.
- b) Após decorridos dois anos de efetivo exercício, o magistrado torna-se estável no serviço público.
- c) Vago o cargo de Desembargador ou encontrando-se o titular afastado por quinze dias ou mais, far-se-á a convocação de Juiz de Direito Substituto de Segundo Grau.
- d) Após decorridos três anos de efetivo exercício, o magistrado torna-se vitalício no cargo.
- e) Em regime de exceção, os Juízes de Direito Substituto em Segundo Grau poderão ser designados para auxiliar no Tribunal de Justiça, caso em que atuarão exclusivamente nos processos acumulados.

Questão 59 (INÉDITA – 2017 – Elaborada pelo Autor)

Considerando o que dispõe Código de Organização e Divisão Judiciária, assinale a opção correta:

- a) O ingresso na magistratura dar-se-á no cargo de Juiz de Direito Substituto.
- b) O ingresso na carreira da magistratura dar-se-á mediante concurso público de provas ou de provas e títulos.
- c) O Juiz Substituto, quando no exercício de substituição, ou designado para auxiliar os Juízes de Direito das comarcas que integram as correspondentes seções judiciárias, terá a mesma competência destes.



d) Para inscrever-se no concurso, o interessado deverá, na data da posse, provar ser bacharel em Direito.

e) O concurso, salvo outra forma de realização estabelecida pelo Órgão Especial, será prestado perante comissão examinadora integrada pelo Presidente do Tribunal de Justiça, pelo Corregedor-Geral da Justiça, por um representante da Ordem dos Advogados do Brasil, um representante da Defensoria Pública e por Desembargadores indicados pelo Órgão Especial.

Questão 60 (INÉDITA – 2017 – Elaborada pelo Autor)

Considerando o que dispõe Código de Organização e Divisão Judiciária, assinale a única alternativa CORRETA:

a) A substituição eventual do Juiz Diretor do Fórum será exercida pelo Juiz de Direito Titular mais antigo na comarca ou foro, independente de designação.

b) Nas Comarcas e Foros de entrância final, a Direção do Fórum será exercida por um dos Juízes Titulares designado pelo Conselho da Magistratura.

c) A Direção do Fórum será sempre exercida pelo prazo máximo de dois anos.

d) A designação pelo Presidente do Tribunal de Justiça sempre precede o exercício da Direção do Fórum.

e) O Juiz Substituto responderá pela Direção do Fórum, independente de designação, quando na Comarca ou Foro nenhum dos Juízes Titulares se manifestar para o exercício das funções de Diretor do Fórum.

Questão 61 (INÉDITA – 2017 – Elaborada pelo Autor)

Considerando o que dispõe Código de Organização e Divisão Judiciária, assinale a única alternativa CORRETA:

a) Nas comarcas que não contarem com vara privativa do júri, o julgamento dos réus serão procedidos, em forma de rodízio, por todas as varas criminais da comarca.

b) Compete ao Tribunal do Júri o julgamento dos crimes dolosos contra a vida e dos que lhe forem conexos, consumados ou tentados.

c) Compete, privativamente, ao Juiz Sumariante, decretar, relaxar ou regular a prisão do réu, bem como conceder-lhe liberdade provisória.

d) Nos impedimentos e ausências justificadas, os Juízes Sumariante e Presidente serão substituídos pelo juiz mais antigo na comarca.

e) Ao Juiz Sumariante compete fazer o sorteio e a convocação dos vinte e um (21) jurados componentes do júri para a sessão.



Questão 62 (INÉDITA – 2017 – Elaborada pelo Autor)

O Sistema dos Juizados Especiais é integrado pelos seguintes órgãos, exceto

- a) Conselho de Supervisão
- b) Turmas Recursais
- c) Juizados Especiais Cíveis
- d) Juízes Diretores dos Fóruns
- e) Juizados Especiais Criminais

Questão 63 (INÉDITA – 2017 – Elaborada pelo Autor)

Considere

I - o Presidente do Tribunal de Justiça

II - o Vice-Presidente do Tribunal de Justiça

III - o Corregedor-Geral da Justiça

IV – um Juiz Diretor dos Juizados Especiais da Capital

V - um Juiz Supervisor dos Juizados Especiais de uma das comarcas de entrância final do interior

VI – um Juiz Supervisor dos Juizados Especiais de uma das comarcas de entrância intermediária do interior

VII - um Juiz Supervisor dos Juizados Especiais de uma das comarcas de entrância inicial do interior

Compõem o Conselho de Supervisão dos Juizados Especiais o disposto nos itens

- a) I, II, III, IV e V
- b) I, II, III, IV, V e VI
- c) I, II, III, IV, V, VI e VII
- d) I, II, III, IV e VI
- e) II, III, IV e VII

Questão 64 (INÉDITA – 2017 – Elaborada pelo Autor)

Considerando o que dispõe Código de Organização e Divisão Judiciária acerca das turmas recursais, assinale a opção correta

- a) A Turmas Recursais serão compostas, alternadamente, por Juízes de Direito de entrância final, intermediária e inicial.
- b) O Tribunal de Justiça poderá criar no máximo oito turmas recursais.



- c) Compete à Turma Recursal processar e julgar os recursos interpostos contra decisões dos Juizados Especiais, exceto *habeas corpus*.
- d) A Turma Recursal é competente para processar e julgar os mandados de segurança impetrados contra atos dos Juízes de Direito dos Juizados Especiais.
- e) Compete à Turma Recursal processar e julgar os recursos interpostos contra decisões dos Juizados Especiais, exceto os embargos de declaração de suas decisões, que serão apreciadas pelo Órgão Especial

Questão 65 (INÉDITA – 2017 – Elaborada pelo Autor)

Considerando o que dispõe Código de Organização e Divisão Judiciária, assinale a única alternativa CORRETA:

- a) Os Juizados Especiais, divididos por secretarias, constituem unidades jurisdicionais compostas por Juízes de primeiro e segundo grau.
- b) Em cada unidade jurisdicional, o Juiz de Direito poderá contar com o auxílio de juízes leigos e conciliadores, cujas atividades são consideradas como de serviço público relevante, podendo a estes ser atribuído valor pecuniário referente a prestação de serviços, o que, importará em vínculo empregatício com o Poder Judiciário após 10 anos de efetivo exercício.
- c) O cargo de Secretário dos Juizados é privativo de bacharel em Direito.
- d) As atividades desempenhas pelos Oficiais de Justiça que funcionarem junto aos Juizados Especiais são consideradas como de serviço público relevante, sem direito a quaisquer adicional.
- e) Os pagamentos dos valores pecuniários por serviços prestados pelos juízes leigos e conciliadores terão efeito retroativo à data do efetivo exercício.

Questão 66 (INÉDITA – 2017 – Elaborada pelo Autor)

Marque V para as alternativas Verdadeiras e F para as alternativas Falsas:

- () Quando do ingresso na magistratura, os Juízes Substitutos tomarão posse perante o Presidente do Tribunal de Justiça.
- () A posse dos juízes somente se completará pela entrada em exercício.
- () Nos casos de promoção, remoção ou permuta, o prazo de entrada em exercício é de 30 dias
- () Os Desembargadores tomarão posse perante o Presidente do Tribunal, em sessão plenária, salvo manifestação em contrário do empossando.
- () O prazo para o Juiz entrar em exercício é de 30 dias, contados da publicação do ato oficial de nomeação



Assinale a alternativa que apresenta a sequência correta.

- a) Verdadeiro, Verdadeiro, Falso, Falso, Verdadeiro.
- b) Falso, Falso, Verdadeiro, Verdadeiro, Falso.
- c) Verdadeiro, Falso, Falso, Falso, Verdadeiro
- d) Verdadeiro, Falso, Verdadeiro, Verdadeiro, Verdadeiro
- e) Falso, Falso, Verdadeiro, Falso, Falso.

Questão 67 (INÉDITA – 2017 – Elaborada pelo Autor)

Considerando o que dispõe Código de Organização e Divisão Judiciária, assinale a única alternativa CORRETA:

- a) O Desembargador eleito para Presidente do TJ fará jus a uma gratificação de 50% sobre o seu subsídio.
- b) O Desembargador eleito para o cargo de 1º Vice-Presidente do TJ fará jus a uma gratificação de 25% sobre o seu subsídio.
- c) O Desembargador eleito para o cargo de Corregedor-Geral do TJ fará jus a uma gratificação de 30% sobre o seu subsídio.
- d) O Desembargador eleito para o cargo de 2º Vice-Presidente do TJ fará jus a uma gratificação de 20% sobre o seu subsídio.
- e) Os Juízes Diretores do Fórum, farão jus a 5% de gratificação.

Questão 68 (INÉDITA – 2017 – Elaborada pelo Autor)

Considerando o que dispõe Código de Organização e Divisão Judiciária, assinale a única alternativa CORRETA:

- a) A ajuda de custo será sempre paga posteriormente ao deslocamento do Magistrado.
- b) O valor da diária será reduzido à metade quando, no âmbito interno, não houver necessidade de pernoite.
- c) Ao Juiz Substituto que, autorizado pelo Presidente do Tribunal de Justiça, deslocar-se da seção judiciária para atender outra comarca, serão pagas diárias até o limite de quinze (15) por mês.
- d) O afastamento do Corregedor-Geral da Justiça e do Corregedor, quando no desempenho de suas correspondentes funções, depende de autorização do Presidente do Tribunal de Justiça.
- e) A ajuda de custo, em importância de até duas (2) remunerações mensais do cargo que exercia, será devida apenas uma vez a cada período de dois anos.



Questão 69 (INÉDITA – 2017 – Elaborada pelo Autor)

Considerando o que dispõe Código de Organização e Divisão Judiciária, assinale a opção correta quanto as licenças dos magistrados.

- a) A licença para tratamento de saúde terá o prazo máximo de doze (12) meses.
- b) O magistrado licenciado em nenhuma hipótese poderá exercer nenhuma de suas funções jurisdicionais ou administrativas.
- c) O magistrado poderá afastar-se do cargo em razão de licença para tratar de assuntos particulares por um período de até oito (8) dias.
- d) A licença por motivo de doença em pessoa da família será concedida ao magistrado que perceberá seu subsídio integral pelo prazo máximo de sessenta (60) dias.
- e) Sem prejuízo da percepção do subsídio e das vantagens legais, e, razão de casamento, o magistrado poderá afastar-se de suas funções por até oito (8) dias consecutivos ou alternados.

Questão 70 (INÉDITA – 2017 – Elaborada pelo Autor)

Assinale a alternativa correta:

- a) Em cada distrito das comarcas de entrância inicial e intermediária e em cada circunscrição do registro civil das comarcas de entrância final, haverá dois (2) Juízes de Paz e quatro (4) suplentes.
- b) Em cada distrito das comarcas de entrância inicial e intermediária e em cada circunscrição do registro civil das comarcas de entrância final, haverá um (1) Juiz de Paz e um (1) suplentes.
- c) O Juiz de Paz, na celebração de casamento, usará faixa verde e amarela de 10 (dez) centímetros de largura, posta a tiracolo, do lado direito para o esquerdo.
- d) A justiça de paz será composta de cidadãos com competência para celebrar casamentos; verificar, de ofício ou em face de impugnação apresentada, o processo de habilitação; exercer atribuições conciliatórias e outras de caráter jurisdicional.
- e) O Juiz de Paz tomará posse e entrará no exercício da função perante o Juiz Corregedor do Foro Extrajudicial da circunscrição onde deva servir.

GABARITOS



01	02	03	04	05	06	07	08
A	A	B	B	D	D	C	D
09	10	11	12	13	14	15	16
A	B	B	C	A	D	C	B
17	18	19	20	21	22	23	24
B	D	D	C	D	B	D	B
25	26	27	28	29	30	31	32
B	C	C	C	C	B	B	B
33	34	35	36	37	38	39	40
C	C	A	C	C	D	B	B
41	42	43	44	45	46	47	48
A	B	C	D	D	B	A	B
49	50	51	52	53	54	55	56
A	A	D	D	A	A	B	E
57	58	59	60	61	62	63	64
E	E	C	A	B	D	A	D
65	66	67	68	69	70		
C	A	E	B	C	C		